



# DIÁRIO POPULAR

DEZEMBRO  
**10**  
3ª-FEIRA

Director JACINTO BAPTISTA    Director-adjunto ABEL PEREIRA    ANO XXXV — 1976 — N.º 12 106 — PREÇO 6\$00  
Propriedade da Empresa Pública dos Jornais SÉCULO e POPULAR (EPSP) — R. Luz Soriano, 67, Lisboa 2 — Telex: 328291/5 (P.P.C.A.) — 326286-364630-364639 (Redacção) — 328297 (Publicidade)

## A CAMPANHA ELEITORAL TERMINA À MEIA-NOITE

### O «D. P.» OUVIU OS 9 CANDIDATOS À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Foto de CORRÊA DOS SANTOS



### COSTA BRÁS FALA HOJE E AMANHÃ PELA TV

• BOMBAS E ELEIÇÕES SERÃO OS TEMAS ABORDADOS

**dp especial**  
**Eleições para as Autarquias**

### UISEU: PROMESSAS E DESILUSÕES

Pág. 6

Destacável

## ÁGUA:

### Milhares de pessoas formaram bichas...



Foto de JOSÉ ANTUNES

Em virtude do corte de abastecimento provocado pela acção de sabotagem no aqueduto do Tejo, que reduziu o respectivo caudal a cerca de 10 por cento, a população de Lisboa e dos arredores viu-se obrigada a recorrer a todo o tipo de vasilhas disponíveis a fim de constituir reservas em suas casas para as necessidades prioritárias. Apesar da afluência de populares junto dos fontanários públicos e dos autotanques dos bombeiros, tudo decorre ordinarmente e sem incidentes, conforme apurou, esta manhã, a nossa reportagem. Se tudo correr normalmente, como até aqui, prevê-se que, no próximo domingo, o abastecimento seja alargado a mais de 50 por cento.

Pág. 15

### Vão ser responsabilizados os militares implicados no relatório das sevícias

NUMA mensagem divulgada hoje o general Ramalho Eanes, na sua qualidade de chefe do E. M. G. F. A. manda responsabilizar, de imediato, moral e criminalmente, os militares implicados no relatório das sevícias. Dezenas de oficiais que se destacaram entre 11 de Março e 25 de Novembro de 1975 podem agora vir a ser expostos das Forças Armadas.

Pág. 5

## CHAMPALIMAUD:

### PROCESSO JUDICIAL POR FUGA DE CAPITALS

Pág. 6

**Eleições para as Autarquias**

**UISEU**

**Promessas e desilusões**

**BRAGA E VIANA DO CASTELO**  
—DOIS IMPORTANTES DISTRITOS

Os distritos de Braga e Viana do Castelo foram outros dois daqueles onde não foi possível, pelas razões apontadas na nossa edição de ontem e no início da publicação destes trabalhos, deslocarmo-nos para dar a palavra ao povo daquelas terras e de algum modo contribuir para que o grande público conheça os seus problemas mais de perto. E pode dizer-se quase o mesmo que afirmámos em relação aos distritos de Bragança e Vila Real: a sua importância justificava (e justificará dentro de muito pouco tempo) que lá nos tivéssemos deslocado. De qualquer modo não quisemos privar os nossos leitores dos dados necessários para que fiquem com uma ideia sobre o que se irá passar, em termos políticos, naquelas duas zonas, no próximo domingo.

Os quadros permitirão assim aos leitores conhecer qualquer coisa da luta partidária que nos distritos de Braga e Viana do Castelo se irá estabelecer. Mas também indicam, e esse é um pormenor bastante importante, que se encontra naquelas zonas grande número de grupos de cidadãos independentes, candidatos a Assembleias de Freguesia, o que toma um aspecto ainda mais importante, no que respeita ao distrito de Braga, aquela onde existe o maior número de freguesias de todo o País. E, já que falamos de freguesias, aqui fica mais um pormenor interessante para o leitor recordar quando no próximo domingo fizer as suas contas, no decorrer do acto eleitoral: o concelho de Barcelos é sem dúvida alguma o maior de Portugal, pois integra cerca de 89 freguesias, o que nem de perto nem de longe, tem correspondência noutro concelho qualquer do País. Este pormenor como outros, por exemplo, o facto de ser no distrito de Braga, depois dos maiores de Portugal, que vamos encontrar o maior número de partidos políticos a concorrer às Câmaras Municipais, diz bem da importância atribuída, pelas principais forças políticas aos distritos minhotos, terra linda, de gente boa e trabalhadora, tantas vezes esquecida, como poderá parecer que sucedeu da nossa parte; mas já explicámos as nossas razões, e da mesma forma que temos a certeza de que os leitores entenderam o esforço a que metemos ombros, na linha das tradições deste jornal, em informar convenientemente os nossos leitores, também ficamos certos de que, quando nos deslocarmos ao Minho, seremos recebidos como gente amiga, do povo, aquele povo a quem nós, durante toda a campanha eleitoral, demos a palavra.



**A** NALFABETISMO, obscurantismo e caciquismo são algumas das palavras obrigatórias para se entender a realidade do distrito de Viseu em vésperas de eleições para as autarquias locais. As muitas promessas dos diversos partidos, a seguir ao 25 de Abril, sucedem-se agora as desilusões perante o aumento do custo de vida e a não satisfação de necessidades vitais.

Prometeu-se muito e ofereceu-se quase nada. No terreno eleitoral as previsões apontam para um aumento das abstenções no próximo domingo e para um reforçar da direita e dos seus agentes. Uma passagem rápida por alguns concelhos do distrito permitiu ao «Diário Popular» descobrir algumas situações eleitorais curiosas, especialmente no que se refere a certo tipo de alianças partidárias impensáveis noutras zonas do País.

No que se refere ao concelho de Lisboa apresentamos hoje uma série de pequenas entrevistas com os nove candidatos à presidência da Câmara Municipal.

**DISTRITO DE LISBOA**

**ELEITORES INSCRITOS:** 1 446 329, número referente a Junho de 1976.

**CONCELHOS:** 14.

**FREGUESIAS:** 183 com mais de trezentos eleitores e 1 com menos de trezentos eleitores.

**PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76:** P. S., 38,3 • P. C. P., 21,8 • P. P. D., 16,3 • C. D. S., 13,1 • U. D. P., 2,6 • M. R. P. P., 1,2 • F. S. P., 0,7 • M. E. S., 0,7 • P. D. C., 0,4 • P. C. P. (m.-l.), 0,4 • P. P. M., 0,4 • L. C. I., 0,2 • A. O. C., 0,2 • P. R. T., 0,1 • **Votantes,** 83,2 • **Abstenções,** 16,8 • **Votos brancos,** 0,6 • **Votos nulos,** 2,9.

**CONSIDERANDOS:** Não concorre neste distrito o P. D. C. Apresentam-se às urnas listas de cidadãos independentes, candidatos a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhum local sem qualquer lista de candidatos.

**DISTRITO DE VISEU**

**ELEITORES INSCRITOS:** 278 245, número referente a junho de 1976.

**CONCELHOS:** 24.

**FREGUESIAS:** 267 com mais de trezentos eleitores e 99 com menos de trezentos eleitores.

**PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76:** P. P. D., 32,3 • C. D. S., 31,2 • P. S., 23 • P. C. P., 2,3 • U. D. P., 0,9 • F. S. P., 0,5 • M. E. S., 0,5 • **Votantes,** 78,4 • **Abstenções,** 21,6 • **Votos brancos,** 0,9 • **Votos nulos,** 5,1.

**CONSIDERANDOS:** Não concorrem neste distrito o P. P. M., o M. R. P. P., o P. C. P. (m.-l.), o P. D. C., a L. C. I. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 15 listas de cidadãos independentes, candidatos a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhum local sem qualquer lista de candidatos.

Coordenação de CARNEIRO JACINTO • Colaboração de MURILLO LOPES • Reportagem de CARLOS BENIGNO DA CRUZ (Distrito de Viseu) • Fotos de CORRÊA DOS SANTOS • Colaboração de HERCULANO DA COSTA (Correspondente do «D. P.» em Viseu)

# LISBOA: NOVE OPÇÕES AO ELEITORADO

**A** O eleitorado da capital portuguesa irão colocar-se, no próximo domingo, nove hipóteses, tantas quantas as dos candidatos à Câmara Municipal de Lisboa. Desse nove hipóteses, uma irá naturalmente prevalecer sobre as outras e dessa forma ficará encontrado o futuro presidente do Município lisboeta, bem como o partido a que pertence, assim como os vereadores que o acompanharão, no caso vertente dezesais, que serão encontrados mercê da aplicação da média mais alta de Hondt, o que poderá vir a proporcionar uma ampla participação de diversas correntes políticas no executivo municipal. Muito embora os futuros membros da Câmara de Lisboa venham a funcionar, sejam quais forem as suas cores partidárias, em verdadeiro espírito, um facto incontroverso é que a função de presidente assumida, aqui, como no resto do País, uma importância extraordinária. Por tudo isto, e ainda porque nos parece que esta será uma boa e última forma de contribuímos para o esclarecimento do eleitorado, e neste caso do lisboeta, decidimos pedir aos nove candidatos a presidentes da Câmara Municipal de Lisboa que nos dessem uma síntese — mas preciosa — posição sobre as ideias que os norteiam, a dois dias das eleições para as autarquias locais. É esse o trabalho que apresentamos de seguida, sendo os representantes dos partidos escalonados pela ordem decrescente da votação que aqueles obtiveram nas eleições para a Assembleia da República efectuadas em Abril deste ano.

## AQUILINO RIBEIRO (P. S.)

«Quando se percorre a cidade de Lisboa com olhos de ver, quando se atenta nos problemas com que a todo o passo se tropeça ficamos profundamente alarmados, tantos e tão graves são as dificuldades a resolver. É da nossa amargura da experiência que Lisboa tem vindo a deteriorar-se incessantemente. As pessoas queixam-se e com razão da sujeidade que alastra por parte das ruas esburacadas e dos passeios irregulares e dos jardins mal tratados e da falta de segurança. Estes são apenas os sinais exteriores de uma crise mais grave, crise essa que se

constancia na notória incapacidade dos serviços municipais para responder às carências cívicas.

Em boa verdade, este estado de coisas representa a natural consequência de um longo processo de desenfreada especulação durante a qual os interesses privados de um reduzido número ditaram a cidade a sua lei.

A Câmara Municipal raramente chamou a si a iniciativa dos acontecimentos. Limitou-se servilmente a esperar ou a seguir a iniciativa dos promotores imobiliários. Não se pode sequer afirmar que tenha sido capaz de lhes impor uma disciplina coordenadora. Por esse facto o tecido urbano se mostra agora quase desprovi-

do de organicidade. Por outras palavras a cidade funciona mal, como é bem patente pela imagem exasperante das suas ruas congestionadas por um trânsito que dificilmente se desloca. Isto para citar apenas os exemplos mais flagrantes. Mas o que dizer da falta de habitações, das insuficiências gritantes na distribuição e controlo dos géneros de primeira necessidade?

O nosso propósito é, antes de mais nada, evitar que as forças que contribuíram para esta degradação possam continuar a actuar. Queremos pôr a cidade ao serviço do Povo, queremos que deixe definitivamente de ser uma coudada de pequenos e grandes especuladores.

Prendemos que o Município de Lisboa, através de uma actuação responsável e atenta às necessidades populares ajude a aliviar os efeitos da carestia de vida sobre as camadas mais desfavorecidas mediante uma adequada política habitacional, de transportes e abastecimentos.

Para alcançar estes resultados é necessário impregnar a estrutura do Município seja profundamente remodelada e dinamizada. Os serviços hoje existentes não souberam adaptar-se às exigências da transformação da sociedade suscitou o, pecam por morosidade e estrangulamentos burocráticos que é urgente eliminar. Com prudência mas também com determinação esta terá que ser uma das tarefas prioritárias dos representantes que a população irá



Gente da aldeia de Bigorne, onde há apenas 72 eleitores. A dureza da vida daquela gente estava bem à vista

população não dispunha de rede de esgotos, de água canalizada em casa, ou de recolha de lixo. A seguir à Guarda, foi Viseu que perdeu mais população (emigração) entre 1960 e 1970.

Para a maioria dos que habitam no distrito, o 25 de Abril constituiu, virtualmente, a possibilidade de romper com este panorama típico de país do Terceiro Mundo. Contudo, passado mais de dois anos sobre a queda do salazar-marcelismo, a situação pouco mudou, antes pelo contrário: Os preços dos

adubos, das sementes, da palha para o gado e das alfaias agrícolas aumentaram, mas em certos casos até diminuiu o preço pago ao produtor por alguns artigos.

Daqui a decepção pela política, pelas promessas não cumpridas pelos partidos foi um passo. No terreno eleitoral, admite-se que a tendência será para um aumento de abstenções no próximo domingo e para um reforçar da direita e dos seus agentes indigenas.

Uma passagem meteórica pelo distrito de Viseu deu-nos

## UMA ALIANÇA QUE VAI DOS G. D. U. P.'S AO C. D. S.

É o caso de Canas de Senhorim, uma freguesia do concelho de Nelas que já apreciável implantação industrial que conta cerca de seis mil habitantes e três mil eleitores.

«A campanha da Frente Eleitoral Povo Unido tem consistido em todo o País, apesar das dificuldades que lhe têm procurado levantar, como sejam a ilegalização de processos de candidatos e a proibição de utilização de salas, um grande êxito. E não surpreende que assim seja:

## SILVA GRAÇA (F. E. P. U.)

«A campanha da Frente Eleitoral Povo Unido tem consistido em todo o País, apesar das dificuldades que lhe têm procurado levantar, como sejam a ilegalização de processos de candidatos e a proibição de utilização de salas, um grande êxito. E não surpreende que assim seja:

## UMA COLIGAÇÃO PARA UMA MAIORIA DA DIREITA

Mais para Norte, em Cinfães, no limite do distrito de Viseu, onde o rio Douro serve de fronteira da Beira Alta com Trás-os-Montes, fomos encontrar o C. D. S. e o P. P. D. Unidos sob a bandeira do mais votado nas últimas eleições, as caravanas automóveis de propaganda eleitoral, onde se viam bandeiras daqueles dois partidos eram visíveis anteaquem pretendendo desvincular-se do concelho de Nelas, não parece legítimo que as pessoas votem para aquilo que não querem. provar isto facto de não haver um único elemento da freguesia de Canas nas seis listas que concorrem à Câmara. Entende-se que está a chantagem. Note: isto não se fez sem se obter primeiro o acordo de todos os partidos.»

«Situções como a que encontramos em Canas de Senhorim provocam casos de rivalidade

## HELENA ROSETA (P. P. D./P. S. D.)

«1 — Devo dizer, em primeiro lugar, que julgo que estas eleições são uma oportunidade e um desafio a todo o povo português, em particular o povo de Lisboa.

Fala-se muito numa eventual falha das abstenções tradução natural de um certo cansaço, há um certo desencanto relativo ao Governo que as pessoas sentem. Julgo no entanto ser possível — e essa tem sido a única da nossa campanha — o pelar de novo para a participação das populações através do voto, agora mais directamente ligadas aos problemas concretos do dia-a-dia, cada vez mais graves e por resolver. Em Lisboa, tenho denunciado a existência de uma Câmara rica mas inepta, incapaz de em prática os projectos que, com uns olhos que barba, em matéria de habitação, de transportes, de trânsito, de cultura. Projecta-se e discute-se muito — faz-se muito pouco.

## 3 — Por nós, acreditamos que as nossas propostas: habitação, transportes, abastecimento, promoção cultural, são pontos que mereceram estudo e detalhes do nosso programa.

«Por outro lado, a gestão camarária do M. D. P./C. D. S. a militar que se lhe seguiu não deram resposta aos casos mais urgentes: os cidadãos des-

## MARTINS CANAVEDE (C. D. S.)

«Embora as eleições para as autarquias locais, directamente, não se destinem a apelar ou não o Governo o certo, porém,

## «O C. D. S., caso em Lisboa venha a ser a lista mais votada, lutará por uma descentralização e autonomia financeiras necessárias à realização pela Câmara dos seus fins essenciais nos domínios da habitação, dos abastecimentos, dos transportes, da cultura, do bem-estar e qualidade de vida dos municípios. A Câmara não é,

que num regime democrático pluralista, como é o nosso, se se verificar no conjunto do País um substancial abaixamento da percentagem do P. S. em relação às eleições de Abril passado o Governo não poderá deixar de considerar essa derrota como uma rejeição da sua política por parte do Povo e terá de tirar daí as necessárias conclusões.

É, por isso, importante que no próximo domingo os portugueses não se abstenham, não fiquem em casa faça sol ou chuva, e vo'em nos partidos e nas pessoas que entendam serem capazes de os servirem e não de se servirem deles para continuarem a fazer experiências ideológicas e empobreçarem o País.

Tudo o mais poderá ser descentralizado, nomeadamente a Educação, Assistência, Cultura e Obras. O Governo socialista porém, no Orçamento Geral do Estado que apresentou para discussão à A. R. concede às autarquias locais 5 por cento das despesas gerais enquanto que, para dar uma ideia, na Inglaterra, as autarquias têm 70 a 80 por cento. O ideal, para nós, seria que ao poder local e ao poder central a repartição das despesas públicas se situasse ao nível de metade para cada um desses poderes. Mas o Governo socialista, como todos os governos socialistas, é centralizador e, como se vê pela prática, tem revelado em relação às autarquias locais as mesmas concepções utilizadas antigamente.»

## NUNO TEOTÓNIO PEIREIRA (G. D. U. P.'s)

«As listas dos G. D. U. P.'s para a Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa são as listas do movimento que apoia

«Otelos na campanha para a Presidência da República, são as listas do Movimento de Unidade Popular. Por isso, são listas de unidade do povo contra a ameaça fascista, contra a recuperação capitalista, contra a ingerência imperialista.

O programa com que nos apresentamos não é um programa de promessas, mas um programa de luta. Tal como Otelos, a única promessa que fazemos é a de estarmos sempre ao lado do povo na sua luta contra a exploração e a miséria, contra a burocracia e a corrupção da administração, contra a exploração e a carestia da vida, contra o desemprego, contra as prioridades dadas às classes ricas e aos consumos individuais.

Mas esta luta que vamos travar na Câmara só terá força se expressar a luta do povo organizado. Por isso, os candidatos da unidade popular assumem o compromisso de serem os porta-vozes das organizações populares, das Comissões de Moradores, das Comissões de Ocupantes, das Associações de Inquilinos, das colectividades que o povo ergueu à custa de muitos sacrifícios.

É fundamental para nós o papel das organizações populares de base. Sem a sua acção a Câmara continuará a ser um organismo burocrático e corrupto, muito favorável às forças de direita, incapaz de servir os interesses do povo. Por isso lutaremos contra as tentativas de divisão e de estrangulamento das organizações populares, reconhecendo antes o papel substituível que tem na solução dos maiores problemas.

(Continua na pág. seguinte)

## dp especial

# Eleições para as Autarquias

## VISEU

# AS PROMESSAS E AS DESILUSÕES

Ora a população de Canas reivindica a passagem a concelho, nascendo desta situação uma aliança que engloba nada mais nada menos que pessoas afectas aos G. D. U. P., Povo Unido, P. S., P. P. D. e C. D. S.

Nun café da localidade estão sentados à volta de uma mesa não representando os partidos, Joaquim Mota Veiga (de 75 anos) e o dr. Edgar Figueiredo, advogado (A.), ambos dos G. D. U. P.; o comerciante César Lopes (50), do P. S.; o retornado Alberto Pinto de Andrade (42), do C. D. S.; e o retornado Horácio Pereira (30), do P. P. D.

«Não queremos pertencer ao concelho de Nelas e nisto temos de estar todos juntos» — diz Edgar Figueiredo em nome de todos.

Segundo pudemos apurar aqueles partidos preconizam a abstenção (A.), ambos dos G. D. U. P.; o comerciante César Lopes (50), do P. S.; o retornado Alberto Pinto de Andrade (42), do C. D. S.; e o retornado Horácio Pereira (30), do P. P. D.

«Não queremos pertencer ao concelho de Nelas e nisto temos de estar todos juntos» — diz Edgar Figueiredo em nome de todos.

Segundo pudemos apurar aqueles partidos preconizam a abstenção (A.), ambos dos G. D. U. P.; o comerciante César Lopes (50), do P. S.; o retornado Alberto Pinto de Andrade (42), do C. D. S.; e o retornado Horácio Pereira (30), do P. P. D.

## UMA ALIANÇA QUE VAI DOS G. D. U. P.'S AO C. D. S.

«A campanha da Frente Eleitoral Povo Unido tem consistido em todo o País, apesar das dificuldades que lhe têm procurado levantar, como sejam a ilegalização de processos de candidatos e a proibição de utilização de salas, um grande êxito. E não surpreende que assim seja:

## UMA COLIGAÇÃO PARA UMA MAIORIA DA DIREITA

Mais para Norte, em Cinfães, no limite do distrito de Viseu, onde o rio Douro serve de fronteira da Beira Alta com Trás-os-Montes, fomos encontrar o C. D. S. e o P. P. D. Unidos sob a bandeira do mais votado nas últimas eleições, as caravanas automóveis de propaganda eleitoral, onde se viam bandeiras daqueles dois partidos eram visíveis anteaquem pretendendo desvincular-se do concelho de Nelas, não parece legítimo que as pessoas votem para aquilo que não querem. provar isto facto de não haver um único elemento da freguesia de Canas nas seis listas que concorrem à Câmara. Entende-se que está a chantagem. Note: isto não se fez sem se obter primeiro o acordo de todos os partidos.»

«Situções como a que encontramos em Canas de Senhorim provocam casos de rivalidade

## HELENA ROSETA (P. P. D./P. S. D.)

«Quando se percorre a cidade de Lisboa com olhos de ver, quando se atenta nos problemas com que a todo o passo se tropeça ficamos profundamente alarmados, tantos e tão graves são as dificuldades a resolver. É da nossa amargura da experiência que Lisboa tem vindo a deteriorar-se incessantemente. As pessoas queixam-se e com razão da sujeidade que alastra por parte das ruas esburacadas e dos passeios irregulares e dos jardins mal tratados e da falta de segurança. Estes são apenas os sinais exteriores de uma crise mais grave, crise essa que se

## MARTINS CANAVEDE (C. D. S.)

«Embora as eleições para as autarquias locais, directamente, não se destinem a apelar ou não o Governo o certo, porém,

## NUNO TEOTÓNIO PEIREIRA (G. D. U. P.'s)

«As listas dos G. D. U. P.'s para a Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa são as listas do movimento que apoia

**Eleições para as Autarquias**

(Continuação da pág. anterior)  
mas sentidas pelas classes trabalhadoras. A atribuição de casas devolutas, a fiscalização dos preços dos géneros, o controlo dos transportes colectivos, as decisões sobre terrenos, obras, atribuição de verbas — tudo isso só será feito em benefício do povo se estiver nas mãos das comissões de moradores e de outras organizações populares.

O programa da lista dos G. D. U. P. S. apresenta toda uma série de medidas nos vários sectores da vida da população: reedificação de casas, exploração de terrenos, planos de urbanização, transportes, abastecimento, saúde, cultura e recreio. Vamos defender a entrega imediata de terrenos às operações S. A. A. L. para o fim dos bairros de lata. Vamos lutar por uma real prioridade aos transportes colectivos. Vamos apoiar os moradores nas suas reivindicações de salubridade, escolas, infantários, centros de convívio, parques desportivos.

Em relação a todos estes problemas, os partidos burgueses fazem muitas promessas, mas depois vêm com os aspectos técnicos, com os condicionamentos económicos, com as dificuldades financeiras. Nós, evidentemente, reconhecemos tudo isto. Mas o que dizemos é que a solução dos problemas do povo é uma questão política, põe-se em termos de prioridade. Onde aplicar o dinheiro: nos bairros pobres ou nas zonas ricas? Como regulamentar o trânsito: a favor do transporte colectivo ou do individual? Que utilização dar aos terrenos vagos: reservá-los para a especulação ou instalar neles parques, jogos ou escolas pré-primárias?

É por esta razão que vamos evidentemente propor soluções, mas escutando o povo mais explorado. E estas soluções impõem-se ao povo activo organizado e lutar por elas. E vamos também denunciar os conluios, as falsas justificações, as soluções tecnocráticas que só favorecem as classes ricas, deixando poeira nos olhos do povo. Em suma, vamos dar armas ao povo, para que ele possa mais eficazmente lutar pelos seus direitos, defender as suas conquistas, barrar o caminho à reacção e ao fascismo.

**FERNANDO ROSAS (M. R. P. P.)**

«O significado e a importância que o M. R. P. P. atribui às eleições para as autarquias locais e concretamente à eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, reside no facto de entendermos que nas circunstâncias actuais essa é uma frente de luta em que as massas populares se podem e devem empenhar na luta pela defesa dos seus interesses contra a exploração e a opressão que o Estado do capital sobre elas exerce também através dos órgãos da administração local.

**NOVE OPÇÕES**

O Município de Lisboa cobrará este ano em impostos directos e indirectos, em rendas, taxas, emolumentos e contribuições de toda a ordem 2,5 milhões de contos que, como é evidente, sairão da boca e da bolsa do povo trabalhador.

Para quê, para onde vai esse dinheiro, se cerca de metade da população da cidade (43 %) continua a viver sem as mais elementares condições em bairros de lata ou casas abarracadas? Se os transportes públicos, bem como outros serviços públicos elementares tais como o fornecimento do gás, electricidade e da água são chorudos negócios explorados por empresas capitalistas, privadas ou do Estado, não satisfazendo as mais elementares necessidades do povo? Se o custo de vida só no último ano na cidade de Lisboa aumentou de 73 % e 26 % as rendas de casa subiram 22 %, impondo os açambarcadores, especuladores, grandes empreiteiros, quer num caso quer noutro, preços proibitivos com a cumplicidade e sob a protecção da Câmara?

Se não estão satisfeitas as mais elementares necessidades do povo no que respeita ao acesso à cultura, ao ensino, à prática do desporto, à fruição de zonas verdes, etc.? Se não há nem uma única instalação camarária que seja de saúde, de assistência ou de protecção à terceira idade? Se a esmagadora maioria dos próprios funcionários municipais são pagos com salários de fome por trabalhos duros e insalubres, insuficientemente protegidos e se lhes são negadas as 40 horas semanais e o próprio direito à organização sindical?

Na realidade, a Câmara surge como o financiador, o urbanista, a distribuidora das chorudas empreitadas, o político, o tribunal e o fisco dos grandes industriais e grandes comerciantes, dos grandes interesses da construção civil e indústria e comércio automóvel, dos açambarcadores e especuladores contra o povo da cidade. O essencial das suas despesas é aplicado na defesa dos interesses dos monopólios e de uma enorme corte de parasitas que os circunda e na repressão contra o povo trabalhador, contra os pequenos comerciantes e vendedores ambulantes que têm como tarefa asfixiar. Basta referir que do referido orçamento de 2,5 milhões de contos para 1976, a Câmara prevê gastar em obras e melhoramentos públicos unicamente 17 % dessa quantia e mesmo desta verba, o grosso será destinado a obras de conservação — ou seja, a novos e mais chorudos lucros aos empreiteiros e gestudos e projectos — e só para cobrar os 2,5 milhões de contos o Serviço de Finanças da Câmara gastará 75 mil contos!

É contra esta situação de exploração, parasitagem e repressão herdada, mantida e desenvolvida do fascismo pelas

gerências municipais dos novos Marchuetas e Santos e Castro, do P. C. P. / U. D. P. (vida F. E. «P. U.» / G. D. «U. P.»), do P. S., do P. P. D. e do C. D. S., que nós chamaremos o povo a lutar. A nossa candidatura à Câmara Municipal de Lisboa traduz o compromisso que assumimos enquanto legítimos representantes da vontade do povo, de fazer do Município de Lisboa uma base de apoio, uma trincheira, uma fonte firme e segura da ajuda, à organização e à unidade das massas populares e dos órgãos da sua vontade na luta pela defesa dos seus interesses.

**MARGARIDA QUINTINO (P. C. P. (m-I))**

«Sou uma militante comunista. A minha luta pelo ideal do comunismo é de há longa data. No passado lutei contra os fascistas pela democracia, pela independência nacional e pela defesa dos explorados. Hoje, a democracia conquistada a 25 de Abril, encontra-se ameaçada. Novos fascistas, ainda mais perigosos que os do passado pois acotam-se sob um manto de palavras queridas aos trabalhadores como o são o socialismo e o comunismo, procuram implantar no nosso país uma feróz ditadura terrorista.

Nos meses que se seguiram ao 25 de Novembro os socialistas-fascistas estiveram na defensiva. Hoje, passaram já à ofensiva. Recomeçaram os boicotes a comícios de partidos democráticos. Explodem bombas em sítios estratégicos — vias de comunicação, abastecimento de águas à cidade — para criar um clima de medo e de desmobilização. A sabotagem económica prossegue. A anarquia impera no Alentejo. A face terrorista dos socialistas-fascistas está de novo à vista. Mas, entretanto, procuram tapar o lobo com uma esburacada pele de cordeiro — a frente eleitoral social-fascismo unido. O social-fascismo unido é o estratagemma dos socialistas-fascistas para tentar recuperar algum apoio eleitoral, que faz sempre joito para a sua escalada terrorista.

A luta contra os socialistas-fascistas a nível das autarquias locais é muito importante. As autarquias locais foram quase todas tomadas de assalto pelos socialistas-fascistas após o 25 de Abril e têm sido desde então por eles controladas. Através das autarquias locais os socialistas-fascistas podem exercer controlo de norte a sul do País, mesmo que lhes falte apoio eleitoral para dominarem por completo as autarquias. Estas eleições seriam mais uma ocasião para expulsar de vez os socialistas-fascistas das autarquias locais. Mas, graças ao método de representação proporcional, defendido por Mário Soares e pelos concilia-

dores do seu partido, os socialistas-fascistas passam assim a ter assento na maioria dos órgãos de poder local, tanto a nível deliberativo como executivo. Os socialistas-fascistas receberam assim dos conciliadores a possibilidade de boicotar o funcionamento de muitos órgãos das autarquias locais de maioria democrática, uma vez que vão ter assento nos seus órgãos executivos. Nós consideramos que os órgãos de poder local deviam ser governados pelas listas homogéneas que vencemos nas eleições com base num programa que se comprometem a cumprir.

Nós, os patriotas e democratas das listas «Pela Independência, pela Democracia e pelo Progresso Social», em que o P. C. P. (m-I) participa conjuntamente com militantes da Frente Nacional Democrática (A. O. C.) e do jornal O Proletário Vermelho, comprometemo-nos a combater sem tréguas nem quartel nas autarquias locais contra os socialistas-fascistas.

Já se falou de mais neste País. Há muito que se deveria ter passado aos actos segundo o exemplo da honrosa tradição dos militares do 25 de Novembro, nomeadamente do coronel Jaime Neves.

O P. C. P. (m-I) exorta o povo português a votar nestas eleições para as autarquias locais. Para defender a democracia é preciso votar nas listas apresentadas pelo P. C. P. (m-I). Nos locais onde o P. C. P. (m-I) não apresenta listas, vota nas listas dos partidos democráticos que não conciliem com o social-fascismo.»

**GONÇALO RIBEIRO TELES (P. P. M.)**

«O P. P. M. apresenta um programa de administração municipal deduzido da sua doutrina partidária que, como se sabe, é uma doutrina comunitarista, uma doutrina que por fim entregou todo o poder às populações regionais ou comunitárias. Neste sentido, e em relação a Lisboa, preconiza a reconstituição do «terço da cidade», federação com os Municípios vizinhos a norte e a sul do Tejo, os quais, assim federados, têm possibilidade de uma autonomia total a que corresponderá um governo próprio.

Para além deste projecto, o P. P. M. dedica um estudo vanguardista à urbanização: — Recuperação para habitação dos prédios antigos da cidade velha, hoje ocupados por escritórios, marcação de uma órbita para a construção de habitações, cujos prédios não poderão ir além do 4.º andar, formação do lago na atual que existe em toda a zona do Campo Grande, ligação em zona verde do Marquês de Pombal e Monsanto.

Considera o P. P. M. muito importante o ambiente e as condições para a vida quotidiana da cidade. Para isso preconiza uma alteração profunda dos horários dos empregos que deverão ser flexíveis e complementares, com preferência para o período entre as 11 horas e as 18 horas; preconiza a defesa e desenvolvimento de teatros populares, sobretudo os do género revêstilo; a criação de novos museus; a expansão de exposições de todo o género.

A terceira idade — entende o P. P. M. — deve ser entregue o lugar que, graças a ser a idade da sabedoria, lhe pertence. O P. P. M. preconiza a criação de um conselho municipal composto por pessoas com mais de 60 anos, do qual se virá a formar o futuro Senado da cidade.»

**ANTÓNIO MANZONI (L. C. I.)**

«Após a tomada de posse do governo P. S., os acontecimentos políticos em Portugal têm vindo a suceder-se. Mário Soares e a direcção do P. S. no seu conjunto pediram aos trabalhadores que deixassem as reivindicações dos partidos capitalistas, o P. S. D. e o C. D. S.

Em troca da cedência às exigências da C. I. P. e da C. A. P. prometiam aos trabalhadores a paz, a segurança, o trabalho, o congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, a tranquilidade nas empresas. É tempo de fazer as contas do Governo P. S. Que vemos nós?

A C. I. P. e a C. A. P., em vez de se contentarem com as cedências, exigem mais.

Os partidos burgueses, o P. S. D. e o C. D. S., em vez de se contentarem com as cedências procuram a todo o custo substituir o Governo P. S. O P. S. D. apela ao Presidente Eanes para que assumam plenos poderes. O C. D. S. exige a dissolução da Assembleia da República, depois da derrota dos seus projectos de congelamento das expropriações.

O Presidente Eanes, por seu turno, começa a erguer-se acima do bairrito. Inicia uma série de visitas a diversas regiões, começando a pronunciar-se sobre diversas questões como a Reforma Agrária, por exemplo passando por cima dos partidos políticos. Num momento em que o P. S. D. e o C. D. S. apelam para a sua intervenção directa na vida política para substituir o governo P. S. por um governo de «salvação nacional», num momento em que a chantagem do P. S. desorientou os trabalhadores, sobretudo os que nele confiavam e votaram num momento em

que os congressos do P. S. e da J. S. mostraram, não uma clarificação, mas a crise do partido de governo, num momento em que a direita ataca Lopes Cardoso a bomba, só podemos considerar a intervenção do presidente como um perigo.

Governo P. S. seja substituído. Nós não queremos que o do por um governo militar de «salvação nacional». Queremos que esse governo, incapaz e sem forças, seja substituído por um governo que se comprometa a aplicar as nossas reivindicações.

Quanto a isso os militantes operários activos têm de tomar uma decisão, têm de unirse em torno de um mesmo objectivo: uma paralisação geral nacional, pelos CCTS, contra as leis anti-operárias.

A política de austeridade do Governo não vai resolver a crise económica nem acalmar as forças burguesas. Por isso a unidade em torno da luta pelos CCTS e contra as medidas do Governo tem que continuar a todos os níveis. O Governo publicou um orçamento para 1977 e vai impulsionar um plano económico. São muito concretos alguns problemas levantados. Este ano o Governo Soares, com os Títulos do Tesouro conseguiu impor uma poupança forçada de 5 milhões de contos. Para o ano que obrigou-nos a poupar 15 milhões de contos, sendo essa a solução que dá à crise. Mas aí onde vai buscar esses 15 milhões de contos senão ao nosso bolso. É então para que se destinam 18 milhões de contos para as Forças Armadas? Por estas e por outras razões é preciso que os trabalhadores imponham a defendam um plano de Obras Públicas controlado pelos trabalhadores.

Os deputados dos partidos que dizem defender os trabalhadores os deputados do P. S., do P. C. e da U. D. P. devem mostrar a sua disposição de pôr as suas declarações de acordo com a realidade. O seu dever é apoiar as reivindicações operárias, coarctar esta mobilização por um Governo que se comprometa a defender as reivindicações operárias.

O P. S. e o P. C. P. podem constituir o Governo. Neste momento, tal Governo permitiria, pelo menos, acelerar a utilização da frente operária contra a ofensiva burguesa. Os deputados têm essa responsabilidade e o governo P. S. / P. C. terá as mesmas responsabilidades perante as reivindicações operárias. Como o P. S. e o P. C. têm essas responsabilidades e não as têm cumprido nas actuais lutas. Um ano após o 25 de Novembro, mostraramos à burguesia que não será capaz de transformar essa sua vitória militar numa vitória social e política.»

**DISTRITO DE BRAGA**

ELEITORES INSCRITOS: 382 809, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 13.

FREGUESIAS: 408 freguesias com mais de trezentos eleitores e 82 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. S., 32,1 • P. P. D., 28,7 • C. D. S., 25,3 • P. C. P., 4,1 • U. D. P., 1 • F. S. P., 0,9 • P. P. M., 0,8 • M. R. P. P., 0,5 • M. E. S., 0,3 • P. C. P. (m-I), 0,3 • A. O. C., 0,2 • Votantes, 87,8 • Abstenções, 12,2 • Votos brancos, 0,7 • Votos nulos, 4,6.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito a L. C. I., o P. D. C. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 94 listas de cidadãos independentes, candidatas a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhum local sem qualquer lista de candidatos.

**DISTRITO DE VIANA DO CASTELO**

ELEITORES INSCRITOS: 163 727, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 10.

FREGUESIAS: 193 com mais de trezentos eleitores e 93 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. P. D., 32,7 • P. S., 25,6 • C. D. S., 23,5 • P. C. P., 6,6 • F. S. P., 1 • U. D. P., 0,9 • P. P. M., 0,8 • M. E. S., 0,6 • M. R. P. P., 0,3 • Votantes, 78,9 • Abstenções, 21,1 • Votos brancos, 1,3 • Votos nulos, 4,8.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito a L. C. I., o P. C. P. (m-I), o P. D. C. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 28 listas de cidadãos independentes, candidatas a Assembleias de Freguesias, não havendo nenhum local sem qualquer lista de concorrentes.